



MOVIMENTO INVASÃO ZERO E OS CONFLITOS POR TERRA NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA DA QUESTÃO AGRÁRIA

Aretha Singnoret Placido Camposana¹

Wuelliton Felipe Peres Lima²

INTRODUÇÃO

Em março de 2023, surge o Movimento Invasão Zero (MIZ), formado por fazendeiros e representantes/corporações do agronegócio, como reação à ocupação da fazenda Ouro Verde, localizada no município de Santa Luzia, no interior da Bahia. A ocupação foi realizada por famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no âmbito da Jornada Nacional de Luta em Defesa da Reforma Agrária, sendo uma ação característica do MST no processo de luta pela terra, reivindicando reforma agrária no Brasil. No dia 24 de março, o conflito se intensificou com a articulação dos fazendeiros, seus funcionários e a Polícia Militar, cercando a área da ocupação do MST e exigindo a saída imediata das famílias da propriedade (Brasil de Fato, 2023).

Este conflito reacende a discussão da luta pela terra no bojo das discussões da questão agrária brasileira, pauta histórica no debate devido às contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo, produzindo a concentração fundiária via propriedade privada da terra e, ao mesmo tempo, os movimentos de luta e resistência a tal processo (Fernandes, 2004). Segundo Buscioli (2024), os conflitos no campo tem na concentração fundiária sua causa principal, no qual, por um lado, um número ínfimo de sujeitos, organizações e corporações controlam grandes extensões de terra e, por outro, um grande número de camponeses detém o controle de pequena parte das terras. O MIZ é analisado enquanto movimento em favor da concentração fundiária e o MST (dentre outros), como movimentos em favor da reforma agrária e da desconcentração fundiária.

¹ Graduanda em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

² Mestrando em Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.



Conforme Fernandes (2004), o conflito por terra é parte fundamental do movimento da questão agrária no Brasil, no entanto, deve ser compreendido não somente pelo momento do enfrentamento, mas sim no conjunto maior de sua conflitualidade. A conflitualidade é o processo *constante de enfrentamento* entre diferentes modelos de desenvolvimento territorial, promovendo territorialização-desterritorialização-reterritorialização de relações em diferentes contextos, como no espaço agrário. É neste contexto de conflitualidade que nos propomos a analisar a emergência do MIZ no bojo da questão agrária brasileira, contextualizando-o às especificidades desta segunda década do século XXI do país, marcada pela saída de um governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, alinhado aos interesses do agronegócio, e retomada do governo progressista de Lula III, mais aberto ao diálogo e negociações com os movimentos camponeses, como o MST.

METODOLOGIA

O presente trabalho se insere no âmbito da pesquisa desenvolvida pela Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas por Espaços e Territórios (REDE DATALUTA), tendo no levantamento e sistematização de notícias sobre as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais agrários seus principais procedimentos metodológicos (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023; Lima *et al*, 2025). Para uma discussão aprofundada sobre os procedimentos da equipe DATALUTA Agrário, suas ferramentas, tecnologias e critérios de seleção das notícias, consultar Lima, Moura e Almeida (2025), Moura e Lima (2024). Tendo em vista os objetivos deste trabalho, voltado à análise da territorialização do MIZ no Brasil, vale mencionar de forma mais verticalizada a forma como os dados são levantados.

Com base nessas palavras-chave previamente cadastradas no *Google Alerts*, acompanhamos a dinâmica da conflitualidade no bojo da questão agrária brasileira (Fernandes, 2004), tendo como referência as lutas, resistências e enfrentamentos dos movimentos socioterritoriais do campo. Atualmente, nossa pesquisa conta com 100 palavras-chave, a exemplo de “ocupação de terra”, “luta pela terra”, “conflitos por terra”, “latifúndio”, “acampamento”, “invasão de terra” e “agronegócio”. Contextualizando com o objeto, as notícias sobre o MIZ foram retornadas em nossos *Google Alerts*, como os mencionados. Com base nas notícias que captamos, observamos a crescente articulação e territorialização deste movimento no Brasil desde 2023, assumindo centralidade nos conflitos por terra e território – em sua materialidade e imaterialidade – nesta nova década do século XXI.



O conjunto de notícias sobre o MIZ foram separadas em pastas do *Google Drive* para acompanhamento da organização deste movimento socioterritorial de direita, produzido no bojo do agronegócio brasileiro, reunindo materiais de diferentes fontes jornalísticas sobre sua origem, suas ações, suas pautas, seus territórios e suas articulações, somando 36 dados entre março de 2023 e junho de 2025. Além disso, essas notícias foram analisadas com base na perspectiva da questão agrária, portanto, no diálogo com o referencial teórico crítico sobre a conflitualidade do campo, promovendo a territorialização, desterritorialização e a reterritorialização de diferentes modelos de desenvolvimento territorial. Ademais, além dos dados do DATALUTA Agrário, foram consultados dados de ocupações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito das conflitualidades referentes ao processo contraditório e paradoxal da questão agrária brasileira, os conflitos por terra são um dos marcos emblemáticos, verificados em todas as regiões do país, sendo expressão do enfrentamento dos movimentos camponeses ao avanço do agronegócio (Buscioli, 2024). Tomando as ocupações de terra como ações de referência desse conflito, temos que entre 1984 a 2024, foram realizadas 8.330 ocupações no Brasil, mobilizando 1.150.490 de famílias³, conforme Tabela 1, com seus respectivos contextos de governança em escala nacional, elemento analítico fundamental a compreensão da questão agrária. Os anos de 2016 a 2022, representaram uma baixa expressiva na quantidade de ocupações e de famílias envolvidas, tendo como referência os anos anteriores.

Tabela 1: Dados sobre ocupações e retomadas de terra no Brasil (1984-2024)

Presidente/Período de governo	Nº de ocupações e/ou retomadas de terra	Nº de famílias em ocupações e/ou retomadas de terra
José Sarney (1984-1989)	157	30.841
Fernando Collor/Itamar Franco (1990-1994)	424	77.180
Fernando Henrique Cardoso I (1995-1998)	1.598	238.015

³ Os dados sobre ocupações e famílias em ocupações foram extraídos do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC-CPT).



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Fernando Henrique Cardoso II (1999-2002)	1.357	195.692
Luiz Inácio Lula da Silva I (2003-2006)	1.708	248.126
Luiz Inácio Lula da Silva II (2007-2010)	1.081	121.519
Dilma Rousseff I (2011-2014)	895	95.984
Dilma Rousseff II (2015-2016)	409	57.843
Michel Temer (2017-2018)	313	36.745
Jair Bolsonaro (2019-2022)	191	14.247
Luiz Inácio Lula da Silva III (2023-2024)	197	34.298
Total	8.330	1.150.490

Fonte: CEDOC-CPT, 2024. Organização: os autores, 2025.

Isto se deve, em nossa análise, pelo golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e a ascensão da extrema direita, primeiramente com Michel Temer e, posteriormente, com Jair Bolsonaro, ambos alinhados aos interesses do agronegócio, desestabilizando pastas ministeriais e políticas públicas vinculadas aos interesses dos movimentos camponeses (Marques, 2023). As ocupações têm como objetivo pressionar o governo e reivindicar a execução da política de reforma agrária, sobretudo via desapropriação de latifúndios improdutivos e que não respeitem a função social da terra, estabelecida no art. 186 da Constituição Federal de 1988 (Fernandes, 2004). Entre 1984 a 2024, foram conquistados 9.971 assentamentos de reforma agrária, assentando 1.141.736 de famílias em todo o Brasil⁴. A Tabela 2 apresenta os dados de assentamentos criados e famílias assentadas por capacidade.

⁴ Os dados sobre os assentamentos criados e a quantidade de famílias assentadas foram fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Tabela 2: Dados sobre os avanços da luta pela reforma agrária no Brasil (1984-2024)

Presidente/Período de governo	Nº de assentamentos criados	Nº de famílias assentadas (capacidade)
José Sarney (1984-1989)	514	89.412
Fernando Collor/Itamar Franco (1990-1994)	363	56.651
Fernando Henrique Cardoso I (1995-1998)	2.344	300.597
Fernando Henrique Cardoso II (1999-2002)	1.977	162.698
Luiz Inácio Lula da Silva I (2003-2006)	2.367	304.046
Luiz Inácio Lula da Silva II (2007-2010)	1.223	118.157
Dilma Rousseff I (2011-2014)	509	41.148
Dilma Rousseff II (2015-2016)	109	6.492
Michel Temer (2017-2018)	108	10.793
Jair Bolsonaro (2019-2022)	49	4.192
Luiz Inácio Lula da Silva III (2023-2024)	408	47.550
Total	9.971	1.141.736

Fonte dos dados: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Organização:** Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas por Espaços e Territórios (REDE DATALUTA).

Fonte: REDE DATALUTA, 2025, p. 5-6.

Novamente, entre 2016 a 2022, houve diminuição considerável da implantação de assentamentos e de famílias assentadas. Em 2023, com a reeleição do presidente Lula em seu terceiro mandato (Lula III), houve uma renovação da esperança entre os movimentos camponeses no processo de retomada de políticas públicas, entre elas a reforma agrária, culminando na



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

desapropriação de terras (Marques, 2023). Durante os seus dois primeiros anos de governo, Lula criou 457 assentamentos, ou seja, mais que todo o governo de Jair Bolsonaro e Michel Temer. No entanto, a criação dos assentamentos se intensifica na mesma medida em que aumenta a luta pela terra, conforme a Tabela 1.

No contexto do governo Lula III, surge a mobilização nacional dos grileiros, fazendeiros e latifundiários, organizando-se em um movimento de caráter nacional, o Movimento Invasão Zero (MIZ). Em março de 2023, surge o MIZ, formado por fazendeiros e representantes/corporações do agronegócio, como reação à ocupação da fazenda Ouro Verde, localizada no município de Santa Luzia, no interior da Bahia. A ocupação foi realizada por famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no âmbito da Jornada Nacional de Luta em Defesa da Reforma Agrária, sendo uma ação característica do MST na luta pela terra, reivindicando reforma agrária. No dia 24 de março, o conflito se intensificou com a articulação dos fazendeiros, seus funcionários e a Polícia Militar, cercando a área da ocupação do MST e exigindo a saída imediata das famílias da propriedade (Brasil de Fato, 2023).

Em abril de 2024, ainda na Bahia, um grupo de fazendeiros utilizando tratores invadiu e destruiu as plantações do acampamento Osmar Azevedo, do MST, localizado em Itabela. O episódio não é um conflito isolado, mas parte da conflitualidade da questão agrária brasileira, considerando os diversos episódios de violência que os camponeses relataram que estavam sofrendo, até com casos de sequestros de membros do acampamento (Silva, 2024). Em agosto de 2024, no estado de Mato Grosso do Sul, o acampamento Esperança, também do MST, foi atacado e incendiado. Conforme o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o ato criminoso foi uma retaliação de fazendeiros após representantes do acampamento participarem das retomadas de Douradina, Terra Indígena Lagoa Panambi, para prestar solidariedade aos Guarani e Kaiowá (OGlobo, 2024).

Mesmo surgindo localmente no interior da Bahia, o MIZ conquistou aderência estadual, regional e, rapidamente, nacional, demonstrando a capacidade de articulação dos setores ligados ao agronegócio brasileiro. Por exemplo, com pouco mais de 2 anos de fundação, o MIZ realizou seu encontro nacional. No dia 07 de junho de 2025, no município de Ilhéus, localizado no litoral Sul do Bahia, foi realizado o 1º Fórum Nacional do Movimento Invasão Zero (Figura 1), reunindo representantes do Poder Legislativo (Federal e Estadual) e entidades do agronegócio de cinco estados: Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul (Políticos do



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Sul da Bahia, 2025). Durante o evento, foi assinado um manifesto contrário às denominadas “invasões” promovidas pelos movimentos de luta pela terra, a exemplo do MST e reivindicando dos governos estaduais e federais maior segurança jurídica no campo, garantindo o direito à propriedade privada.

Figura 1: Banner de convite para o 1º Fórum Nacional do MIZ em 07 de junho de 2025



Fonte: Arquivo Pessoal, 2025.

O MIZ não somente está disputando narrativa na materialidade do território, com a realização de eventos de debate presenciais ou híbridos, como foi o caso do 1º Encontro Nacional do Movimento Invasão Zero, mas também está construindo territórios digitais, abrindo novas frentes de conflito. Por exemplo, o perfil da rede social *Instagram* da organização conta com mais de 40 mil seguidores, como apresentamos com a imagem da Figura 2. Isso evidencia novamente como as dimensões da questão agrária são dinâmicas e que, na atualidade do século XXI, não



XI SINGA

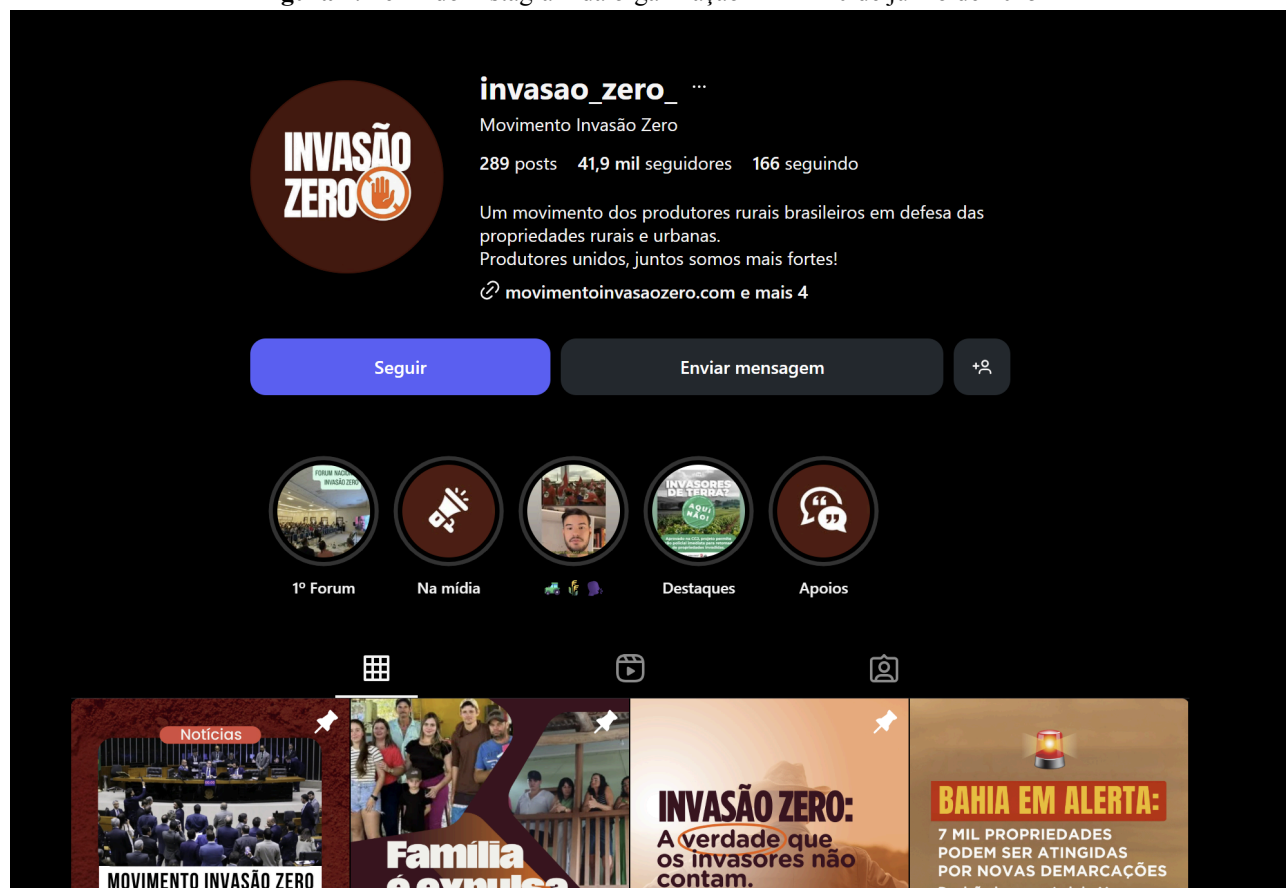
SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

considerar as disputas narrativas e políticas que estão sendo travadas no espaço virtual constitui-se como se omitir de um elemento fundamental do presente.

Figura 2: Perfil do Instagram da organização MIZ – 10 de junho de 2025



Fonte: Arquivo Pessoal, 2025.

O MIZ ganhou tanta força que lançou a campanha ‘Abril Amarelo’ (Martim RS, 2024), com o objetivo de criar acampamentos vigilantes para entrarem em confronto com movimentos sociais ligados à Reforma Agrária. A campanha se transformou na Lei nº 19.226 de 2025 que estabelece o mês de abril como o mês de conscientização da defesa da propriedade privada. O projeto de Lei foi proposto pelo deputado estadual Oscar Gutz e sancionada pelo governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL) que possui cada vez mais uma postura radicalizada de extrema-direita. Com o objetivo de iniciar campanhas para orientar a população a fazer denúncias contra invasões de terra. Nas palavras do parlamentar: “A propriedade privada é um direito fundamental e precisa ser protegida. Com o Abril Amarelo, queremos fortalecer essa conscientização e garantir mais segurança para quem trabalha e produz no nosso estado. Não podemos permitir que movimentos que têm o objetivo de invadir terras se espalhem em Santa Catarina” (SECOM, 2025).



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Tanto a campanha quanto a Lei são uma medida para se opor à Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Reforma Agrária do MST conhecida como Abril Vermelho, especialmente no ano passado, quando o movimento comemorava 40 anos de luta pela reforma agrária. Não somente em âmbito do Poder Legislativo o MIZ busca se articular, mas também – e sobretudo – construindo narrativas e divulgando em suas redes sociais, criminalizando os movimentos socioterritoriais – com destaque ao MST – e, da mesma forma, o governo de Lula III, que demonstra maior abertura para dialogar e negociar com o movimentos. Os ataques são realizados em grupos de redes sociais e também no perfil do Instagram da organização, como demonstra a Figura 3, com a “notícia” intitulada “Enquanto o Brasil Sangra Com Novas Invasões, Lula Recebe o MST no Palácio”. Mesmo que a data desta notícia seja julho de 2025 e o recorte do artigo foi definido como até junho, consideramos o material de extrema relevância e poder de síntese da articulação ruralista.

Figura 3: Notícia produzida e divulgada pelo MIZ em seu perfil no Instagram - julho de 2025



Fonte: Arquivo Pessoal, 2025.

Há ainda um formulário para denúncias contra movimentos acampados divulgado no site do deputado estadual de extrema direita Capitão Martim (Republicanos). A ferramenta foi criada pela Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), responsável por congrega associações e lideranças políticas e rurais de todo o país para defender os interesses do agronegócio (CNA, 2025). O Quadro 1 apresenta a sistematização das informações do formulário de denúncia das consideradas



“invasões”, demonstrando, portanto, como o MIZ além de organizada também está acompanhando, mapeando e se articulando nacionalmente, utilizando-se das novas tecnologias de comunicação e informação características da segunda década do século XXI, reafirmando a centralidade de observação deste elemento digital nos estudos da questão agrária do Brasil.

Quadro 1: Síntese estrutural das informações solicitadas no formulário de denúncia de invasões da CNA e MIZ

Informações de identificação do denunciante (opcional)
Nome do denunciante: E-mail do denunciante: Telefone do denunciante: Nome da fazenda invadida ou ameaçada de invasão:
Informação acerca da localização da fazenda e da situação da invasão
<input type="checkbox"/> O imóvel está invadido <input type="checkbox"/> O imóvel está sob ameaça de invasão <input type="checkbox"/> Existe a presença de acampamento nas proximidades do imóvel Qual estado e município a fazenda está localizada?
<u>Espaço de anexação de fotos ou vídeos que comprovem a invasão ou ameaça de invasão</u>
Informações de caracterização dos sujeitos/organização que mobilizam a invasão
Tipo de movimento que invadiu <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Quilombola <input type="checkbox"/> Não Identificado <input type="checkbox"/> Outros Nome do movimento que invadiu: Área do imóvel invadido:
Informações de natureza espaço-temporais do processo de invasão
Data da invasão: Informação sobre pontos de referência ou coordenadas geográficas do imóvel:
Espaço para informações adicionais sobre a invasão

Fonte: CNA, 2025. **Organização**, os autores, 2025.

O formulário demonstra a diversidade de informações que estão sendo solicitadas, permitindo a construção, por parte da MIZ, de um banco de dados sobre as consideradas invasões de terra, permitindo ainda mais o avanço da criminalização da luta pela terra no Brasil e, sobretudo, dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que estão na linha de frente. Diante do exposto, temos plena condição de afirmar que estamos diante de uma nova organização dos ruralistas,



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

grileiros, latifundiários e corporações que constituem o agronegócio brasileiro, plenamente inseridos e disputando não somente as legislações, mas também as narrativas com a presença massiva em redes sociais, como o Instagram. Portanto, as novas pesquisas sobre a questão agrária no Brasil devem se atentar a este elemento, conferindo a busca da totalidade de uma realidade em constante movimento de transformação, contradição e conflitualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo destacar o conceito de conflitualidade e seu constante enfrentamento no bojo da questão agrária, situando a ascensão do MIZ como um novo ator político alinhado aos territórios do latifúndio e agronegócio, em sua defesa da concentração de terras. Os interesses divergentes entre os movimentos socioterritoriais, a exemplo do MST, produzem tensionamentos, enfrentamentos, disputas e conflitos de natureza territorial, em todas as escalas de governança e perpassando todas as dimensões dos territórios. A análise empreendida demonstra que a emergência do Movimento Invasão Zero (MIZ) não é um episódio isolado, mas sim uma expressão reconfigurada da *conflitualidade* inerente à questão agrária brasileira. Se, por um lado, movimentos como o MST atuam na linha de frente pela desconcentração fundiária e pela reterritorialização camponesa, por outro, o MIZ surge como um instrumento socioterritorial de reação, articulado para defender a propriedade privada da terra e a hegemonia do agronegócio. Sua rápida expansão, materializada em eventos como o 1º Fórum Nacional e na ocupação do espaço digital, evidencia a sofisticação e os recursos à disposição desses setores. A atuação do MIZ opera em múltiplas facetas, combinando ação direta e intimidação, como visto nos casos da Bahia e de Mato Grosso do Sul, onde houve destruição de acampamentos e ataques violentos, promovendo a desterritorialização forçada de comunidades. Atua também na disputa política e jurídica, onde a campanha pelo "Abril Amarelo" em Santa Catarina ilustra a estratégia de influenciar o poder legislativo para criar uma estrutura legal e narrativa que criminalize os movimentos sociais e 'naturalize' a concentração fundiária, buscando uma reterritorialização das relações de poder a favor do latifúndio. Dessa maneira, a intensificação dessas ações coincide com a transição do governo Bolsonaro para o governo Lula III. Tanto que ao observarmos o MIZ como ator socioterritorial, compreendemos que sua capacidade de mobilização não deriva simplesmente de sua retórica. Ela se apoia em recursos materiais, institucionais e de comunicação expressivos, articulados a frações consolidadas do agronegócio, empresários e setores midiáticos conservadores.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOUSA

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Eventos como o 1º Fórum Nacional, a construção de núcleos territoriais e a ocupação intensa dos espaços digitais comprovam que esse movimento não é espontâneo nem marginal, trata-se de uma estratégia política organizada. Ademais, sua atuação dialoga com tendências globais de expansão de ideologias de extrema direita, como o trumpismo nos EUA, Javier Milei na Argentina e Giorgia Meloni (Itália). A partir dessa perspectiva comparativa, o MIZ pode ser interpretado como parte de uma nova geração de movimentos reacionários.

Logo, as evidências empíricas analisadas como relatórios da CPT, dados da plataforma DATALUTA, reportagens, materiais de comunicação do MIZ, manifestações públicas, ações judiciais, eventos, assim como os embates no ciberespaço demonstram que a contraofensiva conservadora se intensifica à medida que os avanços territoriais dos movimentos camponeses se tornam materialmente visíveis. Tal dinâmica reafirma que a conflitualidade não é apenas “reação aos conflitos”, mas a própria substância da disputa territorial. Enquanto o MST reivindica a reapropriação social do território e opera no registro da produção coletiva, da soberania alimentar, da agroecologia e da democratização da terra, o MIZ mobiliza narrativas de medo, criminalização e antipolítica para sustentar a continuidade de uma estrutura fundiária desigual e violenta. O antagonismo entre esses dois projetos revela a profundidade ontológica do conflito: não se trata apenas de terra como mercadoria ou ativo econômico, mas de território como condição de reprodução da vida.

Assim, este novo cenário político, mais aberto às demandas dos movimentos sociais e à retomada da reforma agrária como indicam os dados de criação de assentamentos em 2023-2024, parece ter “inflamado” a reorganização e a radicalização dos setores agrários conservadores. Portanto, a *conflitualidade* na questão agrária do século XXI fica mais complexa, transcendendo o embate físico pela posse da terra para incorporar de forma orgânica as disputas legislativas, judiciais e, sobretudo, simbólicas. Tal realidade nos provoca a aprofundar as pesquisas sobre o MIZ, que se revela como uma nova faceta reacionária no cenário agrário brasileiro, alinhado ao agronegócio. Por fim, assumimos o lugar epistêmico da pesquisa militante: não estudamos a *conflitualidade* apenas para descrevê-la, mas para disputar o território. Se o MIZ representa uma expressão conservadora e reacionária da territorialização do capital, cabe às pesquisas comprometidas em conjunto com os movimentos populares fortalecer os processos de reterritorialização camponesa, denunciar a violência no campo ainda em curso e apontar caminhos para a construção da justiça climática e agrária. A ciência não é neutra diante da fome, do latifúndio



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

ou da destruição da vida. Ao reconhecer que a *conflitualidade* é inerente à questão agrária, reafirmamos que a superação desse conflito exige organizar a produção da vida contra a produção da morte e é neste horizonte que se inscreve a luta camponesa.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

REFERÊNCIAS

BRASIL DE DIREITOS. **Abril Amarelo em Santa Catarina incentiva formação de milícias e trata movimentos sociais como "patologia"**. Atualidades, 2024. Disponível em:

<https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/abril-amarelo-em-santa-catarina-incentiva-formacao-de-milicias-e-trata-movimento-sociais-como-patologia/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL DE FATO. **‘Vamos com a PM retirar os invasores’: fazendeiros cercam famílias em área de reforma agrária**. 23 abril. 2023. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/27/vamos-com-a-pm-retirar-os-invasores-fazendeiros-cercam-familias-em-area-de-reforma-agraria/> Acesso em: 20 mar. 2025.

BUSCIOLI, L. D. **Paradigmas e estratégias do MST para o desenvolvimento de territórios agroecológicos**. Presidente Prudente, 2024, 362f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2024.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Institucional**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/cna/institucional-cna>. Acesso em: 25 nov 2025.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Formulário “Invasão de terras”**. CNA Brasil, [s.d.]. Disponível em:

<https://www.cnabrasil.org.br/formularios?form=Invasao-de-terras> Acesso em: 30 nov. 2025.

REDE DATALUTA. **NOTA TÉCNICA 01/2025: CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DE DADOS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL**.

BOLETIM DATALUTA, [S. 1.], v. 18, n. 191, p. 1–8, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/59225> Acesso em: 30 nov. 2025.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Biblioteca do Governo Federal. 2004. Disponível em:

https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/564/1/Quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria_conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf Acesso em: 06 jul. 2025.

FERNANDES, B. M.; SOBREIRO FILHO, J. **Teoria dos Movimentos Socioterritoriais e Socioespaciais**. In: SPOSITO, E.; CLAUDINO, G. (org.). **Teorias na Geografia - mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, p. 335-363, 2023.

LIMA, W. F. P.; MOURA, J. T. V. de.; ALMEIDA, F. F. **Aportes metodológicos para levantamento e sistematização das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais agrários no Brasil (2020-2022)**.

Revista Formação (Online), [S. 1.], v. 33, 2025. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/10319> Acesso em: 16 jul. 2025.

LIMA, W. F. P.; BRACIAK, A. M.; PEIXOTO, L. S.; TORQUATO PINHO, B. R.; DE CARVALHO, S. S. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS NOTÍCIAS PARA A BASE DE DADOS**



DO DATALUTA MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E SOCIOTERRITORIAIS AGRÁRIOS. **BOLETIM DATALUTA**, [S. l.], v. 18, n. 190, 2025.

MARQUES, M. I. M. A geografia agrária diante dos desafios contemporâneos e a potência do materialismo dialético como método. In: BRINGEL, F. de O.; MACEDO, C. de O.; JUNIOR, P. O. C. de A. (Orgs.) **As geografias agrárias a partir da panamazônia**: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil. Ananindeua: cabana, 2023. p. 85-120.

MARTIM, Capitão. Capitão Martim divulga campanha ‘Abril Amarelo’ em resposta às ameaças do MST. Martim RS, 2024. Disponível em: <https://martim.rs/capitao-martim-divulga-campanha-abril-amarelo-em-resposta-as-ameacas-do-mst/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

MOURA, J. T. V. de; LIMA, W. F. P. Ações de solidariedade em busca da justiça social e soberania alimentar: o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil (2020-2022). **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 19, n. 56, p. 345-369, set/dez, 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **7 pontos que você precisa saber sobre o Abril Vermelho do MST**. 13 abr. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/04/13/7-pontos-que-voce-precisa-saber-sobre-o-abril-vermelho-do-mst/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

O GLOBO. **Acampamento do MST é incendiado em MS; entidade defende que ato foi retaliação após apoio a retomadas de indígenas**. O GLOBO, 4 ago. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/08/04/acampamento-do-mst-e-incendiado-em-ms-entidade-defende-que-ato-foi-retaliacao-apos-apoio-a-retomadas-de-indigenas.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2025.

POLÍTICOS DO SUL DA BAHIA. **MOVIMENTO INVASÃO ZERO GANHA FORÇA NACIONAL EM DEFESA DA PROPRIEDADE RURAL**. 9. jun. 2025. Disponível em: <https://www.politicosdosuldabahia.com.br/v1/2025/06/09/movimento-invasao-zero-ganha-forca-nacional-em-defesa-da-propriedade-rural/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

SANTA CATARINA. **Governador institui Abril Amarelo, mês de conscientização contra invasões em propriedades privadas**. Notícias, Florianópolis, SC, 04 abr. 2024. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/governador-institui-abril-amarelo-mes-de-conscientizacao-contrainvasoes-em-propriedades-privadas/#:~:text=Governador%2520institui%2520Abril%2520Amarelo%252C%2520m%252C%2520de%2520conscientiza%252C%2520a%25207%252C%2520a%25203o%2520contra%2520invas%252C%2520e%2520em%2520propriedades%2520privadas,-Por%2520Christiano%2520Vasconcellos&text=O%2520governador%2520Jorginho%2520Mello%2520sancionou.da%2520defesa%2520da%2520propriedade%2520privada>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SILVA, Julio Cesar. **Fazendeiros invadem acampamento do MST e destroem plantações em Itabela (BA)**. Diário do Centro do Mundo, 4 maio 2024. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/fazendeiros-invadem-acampamento-do-mst-e-destroem-plantacoes-em-itabela-ba/>. Acesso em: 30 nov. 2025.